


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010508-97.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Edilane Aparecida dos Santos**
 Requerido: **DL COMÉRCIO E INDÚSTRIAL DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto da ré, o qual após apresentou problemas de funcionamento que não foram adequadamente solucionados.

Alegou ainda que após a segunda constatação dos problemas à ré lhe enviou outro aparelho em substituição que também teve problemas de funcionamento

Novamente a ré solicitou envio do Tablet para assistência técnica, o que não foi aceito por ela porque pela terceira vez o aparelho



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

apresentou problemas de funcionamento.

Almeja a restituição do valor pago pelo produto.

A preliminar de incompetência do Juízo para o conhecimento da causa arguida pela ré em contestação não merece acolhimento porque a realização de perícia para tanto é prescindível, como adiante se verá.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, a leitura da peça de resistência ofertada pela ré evidencia que ela na verdade não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Limitou-se a sustentar que não houve comprovação da parte consumidora de que o segundo aparelho também tinha apresentado problemas, pois essa negou-se em reenviar-lo à assistência técnica.

Admitiu, outrossim, que em setembro de 2016 entregou à autora um novo aparelho, em substituição ao anterior, o que encerraria o cumprimento das obrigações a seu cargo.

Ora, o cotejo da contestação com o relato exordial patenteia que a ré não refutou a ocorrência de novos problemas de funcionamento no aparelho que poucos meses antes fornecera à autora em substituição a outro que já tinha sido consertado.

Significa dizer que a inviabilidade da utilização do produto persiste, seja porque os reparos encetados não surtiram os efeitos esperados, seja porque a substituição levada a cabo de igual modo não evitou a repetição do panorama já traçado de início.

Transparece claro nesse contexto que se impõe efetiva solução para a questão, sob pena de sua eternização com sucessivos reparos e/ou substituições.

Bem por isso, e superado o trintídio disponibilizado à ré, a alternativa de devolução do valor pago pelo autor (aludida a fl. 47, segundo parágrafo), na esteira da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, é a que melhor se apresenta, inclusive para prevenir novos conflitos entre as partes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 309,95, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2015 (época da nota fiscal de fl. 24), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**